

3-3-46

# UM ERRO dos economistas

Segundo, dogmatizam os economistas, dá-se o nome de «bem» a tudo aquilo que satisfaz a uma necessidade humana. Mas nem todos os bens são económicos, acrescentam. Só podem ser considerados como tais aqueles bens susceptíveis de serem apropriados. E a estes, e só a estes, se dá o nome de «riqueza».

Ficemos, portanto, o ensinamento da economia política: «riqueza» é todo o bem que pode ser apropriado, por uma pessoa física ou moral, de maneira privada ou exclusiva. Exemplifiquemos: um relógio, um pedaço de terra, uma casa, um par de sapatos.

Os bens imateriais também se consideram riquezas quando não, possam ser utilizados, ao mesmo tempo, por muitos. Assim os serviços de um médico ou de um advogado são riqueza, porque não podem ser utilizados ao mesmo tempo por todos. Dá-se, neste caso, uma espécie de apropriação exclusiva no momento da utilização dos serviços.

A razão de ser desta definição está em que só os bens apropriáveis se podem trocar ou mercadejar. Um relógio pode ter pouca utilidade para o seu dono, mas é sempre para ele uma riqueza, porque o pode negociar, isto é, trocá-lo por outros bens mais úteis para si.

Pela mesma razão, o ar que respiramos, embora seja o maior de todos os bens—sem ele não poderíamos subsistir—não é uma riqueza. E não o é, porque não pode ser apropriado exclusivamente por ninguém, não pode ser trocado nem negociado. Todos o têm, em tanta abundância, à sua imediata disposição, que ninguém dá nada em troca por ele. Dá-se o mesmo com a água. Um homem sedento nada dará por um copo de água se esta estiver a nascer a seu lado abundantemente. No deserto, porém, o mesmo homem, com a mesma sede, daria imensas coisas por ele. A água, no deserto, ansiosamente procurada e armazenada, constitui uma riqueza para quem a possui.

Com o conceito de riqueza já fixado, passemos adiante. Examinemos, segundo os mesmos economistas, o valor da riqueza.

Uma riqueza é tanto mais valiosa quanto mais rara ela for. O ar não tem valor económico, porque todos o possuem em suficiente e até excessiva abundância. Pelo contrário, uma pérola, que não tem a utilidade do ar pois serve apenas para dar pasto à vaidade, tem muito valor, porque é objecto de certa raridade. Quem a possui pode obter, por troca, uma certa quantidade de outros bens que lhe sejam mais úteis.

É este fenómeno, todos nós o observamos. As coisas encarecem ou embaratecem, isto é, são mais ou menos caras conforme houver maior ou menor abundância delas. Quando as colheitas são muito abundantes, os géneros descem de valor. Sobem, pelo contrário, quando as colheitas são escassas. O mercado negro não vive aliás senão da raridade das mercadorias. E os economistas, partindo desta realidade, definem, todos orgulhosos, a «lei» da oferta e da procura: os preços sobem com o aumento da procura ou diminuição da oferta (raridade), e descem com o aumento da oferta ou diminuição da procura (abundância).

Sendo as coisas assim, qual é o interesse de quem possui uma riqueza? Torná-la o mais rara possível.

Isto é evidente. Se eu possuir uma fonte numa região abundante de águas, essa fonte, para mim, não tem valor nenhum de troca. Ninguém me dá nada pela água. Mas se a possuir num território seco, posso tornar-me rico, vendendo a água. O interesse de quem semeia trigo está em que os outros o não tenham, porque o seu terá maior valor. E todos nós sabemos que assim é.

Quem possuir um objecto qualquer é tanto mais rico quanto os outros mais pobres forem dele. Um seareiro enriquece tanto, mais quanto mais fome tiver o povo. Um merceiro tor-

na-se tanto mais rico, quanto maior for a miséria alheia.

E aqui chegamos nós à conclusão desejada: os indivíduos enriquecem na medida em que o mundo empobrece. Se todas as fontes secassem menos uma, o dono dessa fonte tornava-se rico. Ele enchia-se de bens, porque os outros homens não tinham um bem essencial e, para o adquirir, despojam-se de tudo o mais.

A medida que os objectos faltam, nessa mesma medida aumentam as riquezas dos ricos e o número dos grandes ricos.

A economia não pode estar certa! Sob o ponto de vista da economia individual, não há dúvida de que os economistas acertaram ao definir a riqueza. Mas erram, se encararmos o problema económico sob o ponto de vista social ou nacional.

Qual é mais próspera: uma nação que tem raridade de bens, e, portanto, em que é grande o número dos muitos ricos; ou uma nação que tem abundância de bens e onde os ricos são poucos ou nenhuns?

Se nós possuíssemos tanto trigo, tanto arroz, tanta batata, tanto vestuário e calçado, etc., como possuímos de ar, ninguém enriqueceria com estes géneros, mas em Portugal não haveria miséria. Seríamos uma Nação próspera e rica.

Ele existe, portanto, uma evidente oposição, entre as leis da economia individualista e as leis da economia nacional; entre os interesses dos indivíduos que provocam a raridade para enriquecer, e os interesses nacionais que exigem a abundância, para acabar a miséria.

Os economistas erram, segundo pensamos.

Mas devemos de continuar, para vermos, em mais pormenor, a gravidade do seu erro.

ABEL VARZIM

on  
tiv  
va  
Irr  
re  
  
be  
dr  
  
ri  
n  
fi  
d  
n